

Franca sonha com o fim das represálias

A exclusão dos calçados da lista de produtos brasileiros a serem sobretaxados pelo governo Reagan — em represália ao protecionismo na área da informática — é tida como certa em Franca, cidade do interior paulista com grande produção e exportação desse item. A informação — ou boato — provocou ontem grande otimismo e um agente de exportação (Rockport) anunciou que este ano espera dobrar o número de pares remetidos aos EUA, em relação a 1987. Outros agentes, recebendo telefonema do presidente da importadora Highland, Werner Wyrsh, sentiram-se seguros para reativar os embarques marítimos — até ontem, vinham trabalhando apenas pela via aérea, a fim de não serem surpreendidos pelas retaliações.

O Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca não deu a informação como oficial, mas depois de um contato telefônico com o advogado constituído nos EUA para sua defesa, considerava sua fonte “digna de crédito”. A questão já estaria definida e da lista de produtos a serem sobretaxados, pronta para ser entregue ao presidente Reagan, não constariam os calçados.

Mas havia um temor em meio ao clima de alívio: a indústria farmacêutica norte-americana também estaria pedindo a abertura de processo contra os produtos brasileiros que chegam aos EUA, por prejuízos alegados de US\$ 190 milhões.

Bônus de comércio

A empresa norte-americana **United Pegasus Group Inc.** propôs que o Brasil emita bônus de comércio como novo instrumento financeiro para “monetizar” a capacidade exportadora e ajudar o País na superação do impasse de sua dívida externa. Segundo a sugestão apresentada pelo diretor-executivo da empresa, Alberto Ades, os bônus — em dólares — seriam emitidos por um banco brasileiro, preferentemente estatal, com a garantia do Banco Central do Brasil de que seriam uma forma aceitável de pagamento de futuras exportações. Os bancos credores estrangeiros comprariam os bônus, que se converteriam em pagamento parcial do serviço da dívida existente. E os clientes comerciais dos bancos credores, por sua vez, usariam os bônus comerciais como pagamento de bens brasileiros.